

Assentamento Municipal de Marapicu: reflexões sobre Territorialidade e Hiperperiferia

TAÍS CÔGO FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

ASSENTAMENTO MUNICIPAL DE MARAPICU: REFLEXÕES SOBRE TERRITORIALIDADE E HIPERPERIFERIA

1. Introdução

A área rural de Marapicu apresenta desde a sua ocupação, 1985, conflitos internos como a regularização fundiária, falta d'água e a não manutenção das estradas vicinais. Esses conflitos trazem consequências para o território e seus respectivos atores, como a venda irregular de lotes e a dificuldade de escoar a produção. Paralelo a este fato, observa-se os conflitos externos que ameaçam a existência do assentamento, como a violência e as políticas regionais que favorecem a construção de condomínios residenciais e industriais próximos ao território rural.

Outra questão observada nesse estudo e que engloba todas as anteriores é o fato do território ser uma zona rural localizado numa das Unidades Regionais do Governo (URG) IV – Cabuçu, uma zona urbana. Neste caso, há a dificuldade em se determinar o que seria rural e urbano, uma vez que o território faz parte de uma zona urbana e periférica de Nova Iguaçu. Essa problemática traz consequências tanto para a gestão local quanto para aplicação de políticas públicas.

Um dos fatores que explicam o processo de invisibilidade da área rural é a aplicação de políticas públicas que incentivam a produção das famílias assentadas, respeitando o meio ambiente, como também seu escoamento. Essas políticas são insuficientes para o processo de consolidação dos núcleos familiares, pois estes necessitam do excedente da produção para garantia de renda e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Para tanto, o conceito de hiperperiferia de Torres e Marques (2001) será abordado para explicar a relação do assentamento com a cidade de Nova Iguaçu. E os conceitos de territorialidade e cosmografia de Little (2002) serão analisados a fim de compreender os desafios da Associação dos Camponeses de Marapicu na gestão local do território. Dessa forma, objetiva-se nesse artigo analisar a atuação da Associação dos Camponeses de Marapicu como organização local que reivindica políticas públicas num contexto de conflitos e invisibilidade do território.

A metodologia utilizada no trabalho consiste em referenciais teóricos e imersão social, com visitas ao assentamento e realização de entrevistas com assentados de Marapicu.

2. Um breve histórico do Assentamento Municipal de Marapicu, o primeiro do Brasil

O assentamento de Marapicu, localiza-se numa das Unidades Regionais do Governo (URG) IV – Cabuçu –, entre os Bairros Marapicu e Aliança. O assentamento surgiu a partir das terras de Campo Alegre – primeira ocupação rural do Estado do Rio de Janeiro, uma zona rural que foi destinada a Reforma Agrária após o Regime Militar (1964-1985). A área rural de Campo Alegre foi dividida em seis regionais que, hoje, estão situados entre os municípios de Nova Iguaçu e Queimados. Os regionais de Marapicu, Mato Grosso e Acampamento de Campo Alegre fazem parte do território de Nova Iguaçu; Chapadão, Capoeirão e Fazendinha, por sua vez, estão situados em Queimados. O ponto culminante para a criação do assentamento de Marapicu foi a ocupação, em março de 1985, da Fazenda Boa Vista, uma área da Caixa Econômica Federal. Após a ocupação, o assentamento foi dividido em 90 lotes de aproximadamente 03 hectares cada.



Figura 1: Mapa das URG de Nova Iguaçu

Fonte: Revista Retrato de Nova Iguaçu, 1ª edição, ano 2002, pag. 08

Anos depois da criação do assentamento, as áreas rurais de Nova Iguaçu foram extintas e transformadas oficialmente em áreas residenciais. De acordo com o Plano Diretor de 1997:

Artigo 8º - O Perímetro Urbano compreende todo o território da Cidade de Nova Iguaçu, coincidindo os seus limites territoriais com os consignado no Decreto-lei nº 1.056, de 31 de dezembro de 1943, e nas Leis nº 1.773, de 21 de dezembro de 1990, nº 1.902, de 18 de dezembro de 1991 e nº 2.209, de 30 de dezembro de 1993.

Em 2005, o prefeito Lindberg Farias reconheceu novamente as áreas rurais e “o Plano diretor de 2008 é elaborado com uma perspectiva de reconhecimento das zonas rurais dessa maneira levando a uma nova divisão do trabalho dentro do território entre as zonas urbanas e rurais” (PACÍFICO et.al., 2009, p. 2).

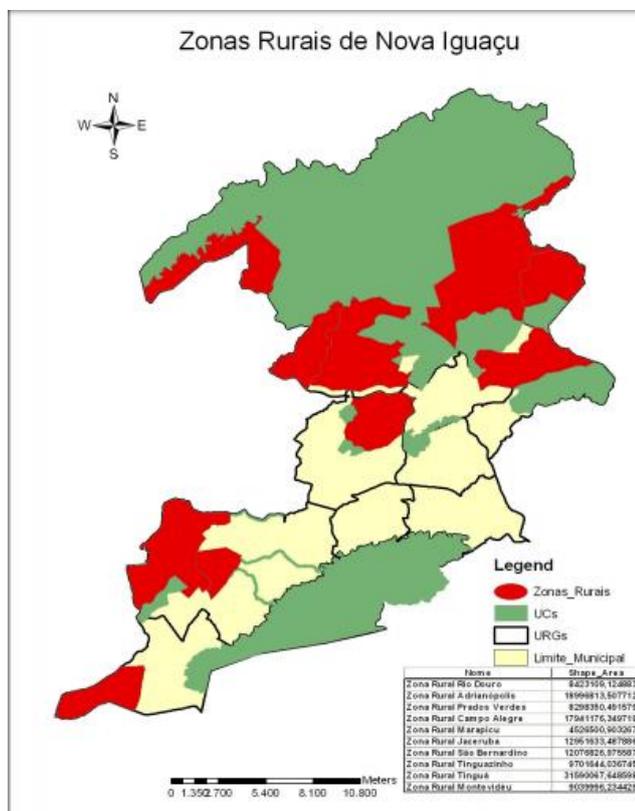


Figura 2: Mapa das Zonas Rurais de Nova Iguaçu

Fonte: Produzido no Laboratório de GIS da PUC-Rio a partir de base da prefeitura de Nova Iguaçu, ano 2009.

Entretanto, foram gerados IPTU ao longo desses 10 anos, criando assim, uma dívida que significou um processo de execução dos moradores do local pela Caixa Econômica Federal, então dona das terras. As terras não poderiam ser doadas e, em 2008, como pagamento da dívida a Prefeitura se tornou dona das terras e recebeu a licença ambiental do Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a regularização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. O, então prefeito Lindberg Farias, decidiu constituir o assentamento como municipal – o primeiro do Brasil. As propriedades foram concedidas aos ocupantes via Título de Posse pela prefeitura de Nova Iguaçu e cadastrado pelo INCRA via Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA para as famílias que produziam na região desde o tempo da ocupação.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) em questão, localizada no município de Nova Iguaçu

da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, é 0,620, em 2010. Esse valor situa a UDH na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o valor do IDHM da UDH é Longevidade, com índice de 0,734, seguida de Renda, com índice de 0,608, e de Educação, com índice de 0,534 (ATLAS BRASIL, 2016). A região, apesar de apresentar médio IDHM – a UDH abrange três pequenos bairros Ipiranga, Aliança e Cabuçu – é carente de políticas públicas, tais como saneamento básico, saúde e, principalmente, segurança, por estar numa região de disputa de território pelo tráfico e milícia.

Há dois afluentes que passam pelo assentamento, Ipiranga e Cabuçu, ambos estão poluídos devido ao despejo de resíduos sólidos dos conjuntos habitacionais que rodeiam o assentamento e, os mesmos, passam pela APA Guandu Açu, área municipal de preservação, e deságuam na Bacia do Rio Guandu. Apesar da área rural localizar-se há cerca de 5 km do Rio Guandu, os assentados não possuem uma rede de distribuição de água regular e, para solucionar tal problema, os assentados captam irregularmente água dos conjuntos habitacionais através de canos de PVC que passam pelas estradas do assentamento.

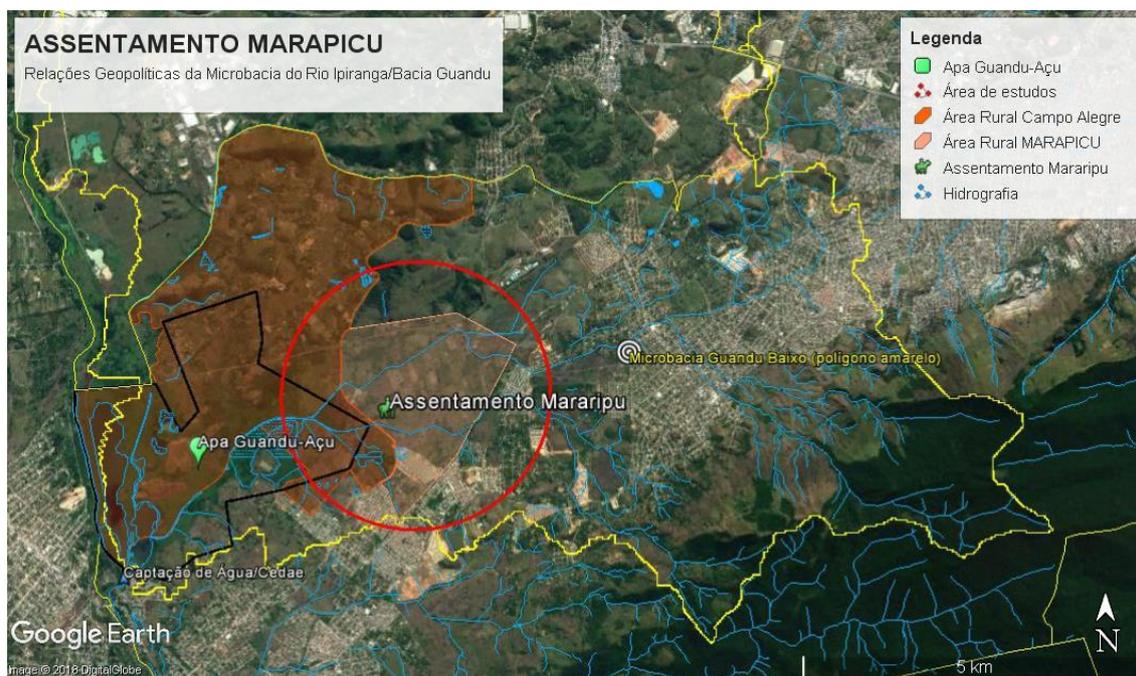


Figura 3: Relação do Assentamento com a APA Guandu Açu e Bacia do Rio Guandu.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo de Nova Iguaçu.

Atualmente, o assentamento é formado por famílias que, em sua maioria, são idosas. Esse fato está diretamente ligado com a questão do êxodo rural, ou seja, a população economicamente ativa do território busca outras formas de renda, e se

mudam para áreas urbanas visando a facilidade de transporte até o local de trabalho. Diante disso, os lotes são abandonados visto a problemática de permanecer no mesmo.

Os assentados de Marapicu não possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e, segundo a associação, os órgãos responsáveis pela emissão – EMATER e ITERJ – justificam esse fato a partir da dificuldade do agricultor em declarar que, no mínimo, 50% da renda é originária da produção agrícolas. Elenca-se três fatos que dificultam esse processo: a) as pessoas idosas que produzem no assentamento recebem aposentadoria que, em muitos casos, é maior que a renda gerada a partir da produção – fato que impossibilita a declaração de renda para a emissão do documento; b) os agricultores não fazem planejamento da sua produção – afirmativa comprovada no Censo de 2017¹, quando o produtor, ao ser questionado pelo recenseador do IBGE sobre sua produção, não sabia ao certo a quantidade produzida na sua propriedade; c) e os agricultores que vendem sua mercadoria de “porta em porta” ou nas feiras da cidade não emitem nota fiscal.

A DAP é o documento que dá acesso a políticas como o crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – política que o assentado de Marapicu, ainda não tem acesso. É importante ressaltar aqui, que o cadastramento do SIPRA não é realizado desde 2010, segundo informações da Superintendência de Agricultura da Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu e da Associação dos Camponeses de Marapicu que atua no território sendo composta por assentados titulados ou não.

A associação criada no dia 16 de setembro 1986 é regida por um estatuto e se reúne uma vez por mês para discutir e tomar decisões acerca do território além de representar o assentamento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Nova Iguaçu – CMDRS. Segundo a presidenta da ACM Maria Auxiliadora², foi dentro das discussões das assembleias da associação que iniciou o processo de retorno das áreas rurais de Nova Iguaçu. A organização, desde sua criação, tornou-se um instrumento de legitimação do assentamento, uma vez ela reivindica políticas para a área rural, como por exemplo, a doação de uma patrulha motorizada, doado pelo Ministério da Agricultura (via CMDRS), para ser utilizado nos lotes dos assentados.

A região também contempla uma realidade de conflitos de terra, pois muitas famílias, devido à violência, foram expulsas de seu território, abandonando, repassando e vendendo suas propriedades. Atualmente, existem pessoas irregularmente usando os lotes para criação de animais, são elas, empresários, comerciantes, funcionários

públicos, entre outros, que adquirem terras - indivíduos com mais de 6 hectares de terra – a partir de contratos de Compra e Venda da terra, documentos esses que são despachados e registrados no cartório. Os poucos assentados que ainda produzem sofrem com a questão da falta d'água, do escoamento da produção (estradas ruins), do furto na plantação, da invasão de animais nas suas propriedades e, principalmente, do abandono do poder público.

Outro fator observado nessa realidade de conflitos é o sufocamento do assentamento pelos conjuntos habitacionais já existentes em torno do território e os que estão em construção. Esse fato é reflexo do ordenamento territorial proposto pelo Plano Diretor de 1997 transformando toda cidade em perímetro urbano, negando as características rurais desse território. O Assentamento está localizado próximo a *RJ-105* conhecida como Estrada de Madureira, ou ainda, Avenida Abílio Augusto Távora e liga a BR-465, a Antiga Rio-São Paulo à rodovia *RJ-101*, no município de Belford Roxo.

3. Aplicação dos conceitos de Territorialidade e Cosmografia de Little (2002)

Marapicu tem distintas utilizações para seus distintos atores, como por exemplo, o plantio de aipim e quiabo, principais culturas produzidas no assentamento, além das fruticulturas manga, jaca e acerola. Os assentados também dão continuidade a uma prática que passa de geração que é a de conservar, multiplicar e partilhar a semente crioula, importante para garantia da segurança alimentar. A produção de fitoterápicos pelas mulheres no espaço da associação, denominado grupo Fitocam, torna-se um instrumento de luta e resistência das mulheres frente à violência do território. Existe também a criação de abelhas para a produção de mel que foi, consideravelmente, reduzida devido a evasão das famílias. A associação vem buscando formas de fomentar a apicultura, uma vez que a sede recebeu doações de máquinas e equipamentos.

É importante pontuar aqui, que os assentados, em sua maioria, são cristãos protestantes e possuem uma ligação muito forte com a igreja que fica localizada entre os regionais Marapicu e Mato Grosso. A maior parte dos que compõem a Diretoria Executiva da associação está ligada a religião cristã protestante. A Comissão Pastoral da Terra – CPT desde o início da ocupação de Campo Alegre assessora os assentados e, neste caso, Marapicu promovendo formações aos trabalhadores rurais. A Escolinha de Agroecologia é uma exemplo dessa articulação dada entre a Associação dos Camponeses de Marapicu, CPT e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural -

Emater. Atualmente a escolinha acontece na Catedral de Santo Antônio onde pessoas de diversos lugares do estado do Rio de Janeiro tornam-se alunos.

As famílias que permanecem no assentamento dinamizam o território que os contempla, promovendo o seu desenvolvimento e, assim, buscam a identidade do mesmo que refere-se a um espaço reconhecido como um território rural onde é possível produzir alimentos, respeitar o meio ambiente e garantir renda. Atores sociais que buscam dignidade no trabalho com a terra. Muitos assentados são nordestinos que trabalhavam com a terra no lugar de origem e, ao chegarem no assentamento de Marapicu reaprendem a “mexer com terra”, isto é, uma nova dinâmica com o território. Esses atores são significantes para o processo de territorialidade definido por Paul Little “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland.” (2002, p. 253).

E, para compreender melhor a interação dos atores com o território será utilizado o conceito de cosmografia proposto por Paul Little, “definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades - coletivamente criados e historicamente situados - que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território.” (2002, p. 254).

No diagrama abaixo é possível, a partir da cosmografia, entender a relação dessa heterogeneidade de atores que formam um grupo social mantém com o assentamento.



Figura 4: Foto que ilustra o conceito de Cosmografia definido por Paul Little (2002, p. 254)

A interpretação do conceito de Cosmografia a partir da realidade no assentamento de Marapicu tem-se:

Formas de Defesa

- Para preservar o território a associação estabeleceu um relação de diálogo com os poderes paralelo vigentes, dado a ausência do poder público;

Uso Social

- Apesar da pouca diversidade de produção no território, que, de alguma forma, garante a sobrevivência das famílias, há um grupo de mulheres que atuam coletivamente produzindo fitoterápicos no espaço da associação. A ACM, por sua vez, articulada a outras organizações promove formações para os trabalhadores rurais, além de momentos entendidos como importantes para o assentamento e seu grupo social, como a Celebração da Mãe Terra;

História da Ocupação

- O assentamento foi criado em 1985 e, assim, assentados desde o tempo da ocupação retratam a história do território;

Vínculos Afetivos

- São estabelecidos pela religião, pela ajuda mútua e pelas lutas comuns;

Regime de Propriedade

- Existe a compreensão de igualdade na divisão de terras, apesar da permanente ameaça de pessoas externas ao assentamento que querem ocupar as terras. Além disso, existe a Associação que regulamenta as formas de apropriação e convivência do território.

A análise permite compreender a relação particular do grupo social com o território e, nesse estudo, a importância da associação como instrumento de articulação e, principalmente, representação. Dessa forma, essa organização de atores que atua há trinta anos como gestora local é importante para o processo de reconhecimento do assentamento reivindicando políticas públicas num contexto de conflitos e invisibilidade.

4. Marapicu, uma hiperperiferia de Nova Iguaçu

A falta de políticas públicas é resultado do abandono do poder público com relação ao assentamento. Há trinta anos os assentados lutam pelo reconhecimento do território perante a prefeitura e o INCRA, sendo um assentamento municipal de reforma agrária dentro de uma região periférica de Nova Iguaçu.

Embora esteja numa região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, o município apresenta características de uma região periférica. Problemas como ausência

de saneamento básico, rede irregular de distribuição de água, entre outros, afirmam que o município, mesmo tendo PIB per capita de R\$19.750,93 (IBGE, 2015) e, em 2008, sendo o 5º município do estado de maior receita é território de desigualdades sociais.

A Unidade Regional do Governo (URG) que está localizada o assentamento (delimitado por vermelho) é uma região periférica do município de Nova Iguaçu. Essa região, nas últimas décadas, tem sofrido com a especulação imobiliária sendo observado um grande adensamento da população. Esse último fato é exemplificado pelos congestionamentos diários na RJ-105 (delimitado por amarelo), rodovia que dá acesso ao centro de Nova Iguaçu. Uma região invisível em se tratando de políticas públicas e acesso a serviços públicos e, tal afirmação é confirmada ao passar por cerca de 20 km da RJ-105 com esgotos nas ruas, valas abertas, lixos à beira da rodovia e somente 1 Unidade de Pronto Atendimento para os bairros por onde corta a rodovia.

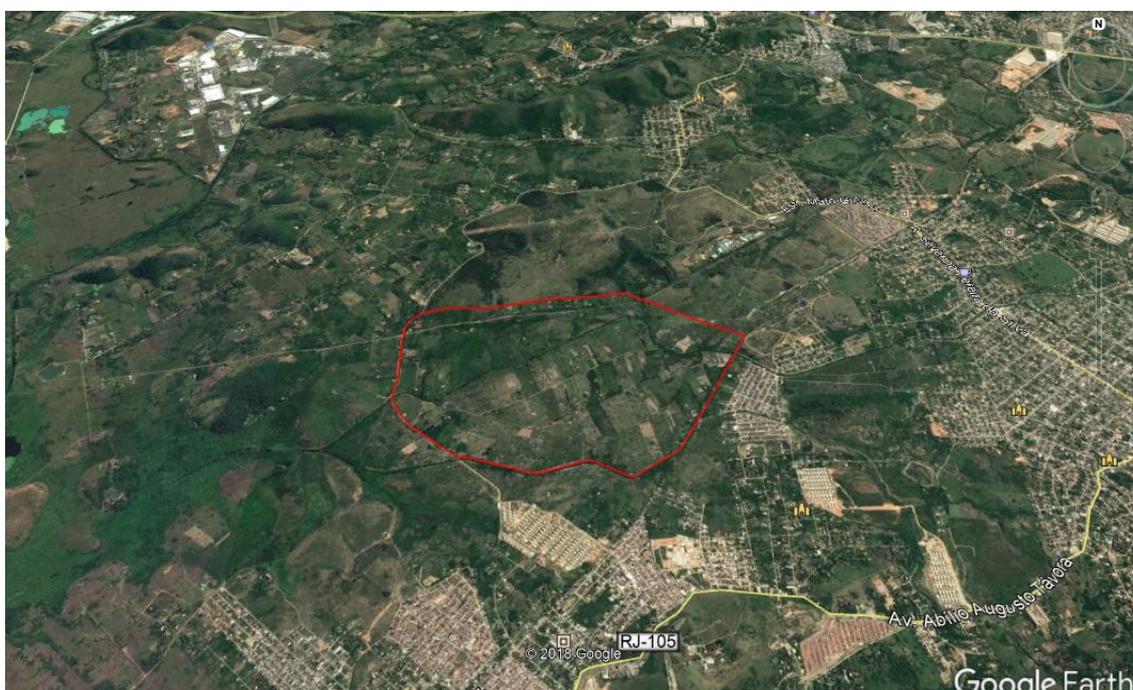


Figura 5: Relação do assentamento com a RJ-105

Fonte: Google Earth

Ao dialogar com o conceito hiperperiferia definido por Torres e Marques (2001), o estudo aponta que existe uma periferia dentro da periferia de Nova Iguaçu. Segundo Torres e Marques “a hiperperiferia pode ser caracterizada de modo preliminar, como sendo constituída por aquelas áreas de periferia que ao lado das características mais típicas destes locais - (pior acesso a infraestrutura, menor renda da população, maiores percursos para o trabalho, etc.) - apresentam condições adicionais de exclusão urbana.” (2001, p. 5). Dessa forma, o território de Marapicu é compreendido como uma

hiperperiferia apresentando vulnerabilidades e situações que causam limitações reais – conflitos internos e externos – para o seu desenvolvimento.

5. Considerações Finais

O assentamento apresenta dilemas quanto a sua continuidade como área rural devido o processo de expansão urbana, colocando-o como hiperperifeira da cidade de Nova Iguaçu. Dessa forma, a Associação dos Camponeses de Marapicu, gestora local, tornar-se importante para romper com o processo de invisibilidade. A cosmografia desse grupo faz-se entender a resistência dos protagonistas resultando na continuidade do território, uma luta diária por reconhecimento. Os assentados são cidadãos que buscam inclusão social, bem-estar, redução da pobreza – direitos garantidos na Constituição – e, o mais importante, redução da migração rural-urbana do seu *homeland*.

Além disso, faz-se urgente um olhar para este território, principalmente das comunidades acadêmicas, a fim de entender o processo de esvaziamento de significados que o mesmo tem vivenciado.

Notas

1 Participei do Censo Agropecuário de 2017 do Assentamento Municipal de Marapicu quando trabalhava na Superintendência de Agricultura de Nova Iguaçu.

2 Com a mudança do Plano Diretor em 1997, a Associação dos Camponeses de Marapicu iniciou um trabalho de articulação a fim de alterar a legislação.

Referências

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). **Cidades**. Acesso em 04 de maio de 2018, disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>

JEAN, Bruno. **Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável: rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos territórios rurais**. In: VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir; CERDAN, Claire; CARRIÈRE, Jean-Paulo (orgs.). Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010. P. 49-86

LITTLE, P. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Anuário Antropológico/2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004: 251-290.

PACÍFICO, A et.al. **Os Planos Diretores (1997-2008) da Cidade de Nova Iguaçu: Uma Análise do (Re) Ordenamento Territorial do Município e a Questão Rural**. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais. Acesso em Maio/2018.

TORRES, H. e MARQUES, E. **“Reflexões sobre a hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano”**. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n° 4, maio de 2001.

Entrevistas realizadas

Maria Auxiliadora – presidente da Associação dos Camponeses de Marapicu (em Nova Iguaçu no dia 13/07/2018).